

TRAUMA TRANSGERACIONAL, ETNICIDADE E INVISIBILIDADE: o não-reconhecimento das questões psicossociais como agravante da desconexão identitária

TRANSGENERATIONAL TRAUMA, ETHNICITY AND INVISIBILITY: the non-recognition of psychosocial issues as an aggravating factor in identity disconnection

Ingrid Theodoro de Faria Souza¹

RESUMO

A questão identitária no Brasil é entrelaçada com percalços institucionais, históricos e étnico-culturais. A colonialidade é um fator que reforça lógicas raciais e etnocentristas no país, e isso resulta na produção de projetos de leis e normas sociais que definem a forma como a população do país será tratada. Porém, as minorias de identidade étnica sofrem com o descaso histórico pela falta de respaldo estatal quanto à sua cultura e identidade. Tem-se o fato de que, por décadas, famílias etnicamente diferenciadas como os quilombolas, ribeirinhos e indígenas têm tido dificuldades de pertencimento cultural e territorial justamente pela presença da lógica racista na estrutura institucional do Brasil. E isso, traz impactos materiais e psicossociais, e aqui entra um aspecto que deve ser visado no tratamento da saúde mental desta parte da população, pois a invisibilidade legislativa e biopsicossocial vivida por gerações é o que pode levar ao que se chama trauma transgeracional. Na fase de investigação foi utilizado o método indutivo; na fase de tratamento dos dados o método cartesiano e no relatório da pesquisa foi empregada a base lógica indutiva. Evidenciou-se que falta atenção psicossocial para pessoas etnicamente diferenciadas a partir da visão de trauma transgeracional, tendo em vista a ausência de projetos legislativos que visam a saúde mental e o fortalecimento da identidade.

PALAVRAS-CHAVE: Povos étnicos; Saúde Mental; Trauma Transgeracional.

¹ Graduada em Psicologia pela PUC-Rio. Pós-graduanda em Gestalt-Terapia pelo Instituto Granzotto.

ABSTRACT

The identity issue in Brazil is intertwined with institutional, historical and ethnic-cultural setbacks. Coloniality is a factor that reinforces racial and ethnocentric logics in the country, and this results in the production of draft laws and social norms that define how the country's population will be treated. However, ethnic identity minorities suffer from historical neglect due to the lack of state support regarding their culture and identity. There is the fact that, for decades, ethnically differentiated families such as quilombolas, riverside dwellers and indigenous people have had difficulties in cultural and territorial belonging precisely due to the presence of racist logic in Brazil's institutional structure. And this brings material and psychosocial impacts, and here comes an aspect that must be targeted in the treatment of mental health in this part of the population, as the legislative and biopsychosocial invisibility experienced by generations is what can lead to what is called transgenerational trauma. In the research phase, the inductive method was used; In the data processing phase, the Cartesian method was used and in the research report, the inductive logic basis was used. It was evident that there is a lack of psychosocial attention for ethnically differentiated people from the perspective of transgenerational trauma, given the absence of legislative projects aimed at mental health and strengthening identity.

Keywords: Ethnic people; Mental health; Transgenerational Trauma.

INTRODUÇÃO

A forma como nosso território foi tomado pela soberania portuguesa - de ordem branca e europeia - culminou na produção de leis e moldes sociais que, por 492 anos, têm uma genética formada por vários tipos de lógicas. Para Baremlitt (Maia & Zamora, 2018), a lógica é um conjunto de abstrações norteadoras que formalizam regras ou normas; e esse conceito, quando aplicado no prisma deste trabalho, denota que as verdades produzidas até hoje estão entrelaçadas com relações de poder e suas formas subjetivas que foram construídas, em boa parte, na formação da República do Brasil. Logo, para os povos que foram invisibilizados durante tanto tempo sem estruturas legais ou sociais que garantisse estabilidade e equidade, como os quilombolas, ribeirinhos e povos originários, há uma lógica racista que transpassa tais indivíduos os colocando em posição marginalizada tanto socialmente quanto territorialmente, fazendo com que, apesar de políticas públicas que atendem às questões territoriais e materiais desta parte da população, existam barreiras institucionais e culturais que impeçam um atendimento psicossocial apropriado às pessoas de traços étnicos brasileiros devido a mecanismos inconscientes que afetam a inclusão de pessoas vulneráveis em razão de sua identidade.

METODOLOGIA

Na fase de investigação foi utilizado o método indutivo, na fase de tratamento dos dados o método cartesiano e no relatório da pesquisa foi empregada a base lógica indutiva. A metodologia deste estudo inclui revisão bibliográfica.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Perante falhas de comunicação ou proibição de transmissão de conhecimento, Freud (1912-13) destaca que até dentro de uma forte repressão, ocultação de grandes conteúdos, é inseguro dizer que isso acontece com sucesso, já que, em nível de atividade mental inconsciente, em meio a importantes processos mentais, as pessoas têm “um *apparatus* que as capacita interpretar as reações de outras pessoas”. Portanto há, de certa forma, compreensão inconsciente do que se irradia da cultura, das tradições, dos dogmas

e dos hábitos e, assim, as gerações posteriores são submetidas a herdarem afeto e a emoção do que é transmitido, pelo menos. Logo, diante gerações de pessoas etnicamente diferenciadas no Brasil, como define Munanga (2004), “uma etnia é um conjunto de indivíduos que, histórica ou mitologicamente, têm um ancestral comum; têm uma língua em comum, uma mesma religião ou cosmovisão; uma mesma cultura e moram geograficamente num mesmo território”, ou seja, como os quilombolas, ribeirinhos e indígenas, se considera que somente na atualidade começou-se a ter respaldo legal quanto à sustentação de seus territórios e cultura a partir de políticas públicas de retomada de posse. Porém, os projetos de lei visam apenas os aspectos materiais que concernem a questão identitária destes indivíduos, pois não há, no exercício legislativo destas leis algum termo que abranja as questões psicossociais que surgiram nas últimas décadas de descaso quanto a esta parte da população; já que, devido a justamente estes anos não-acesso ao território e à cultura de forma garantida pelo Estado, a geração atual pode acabar apresentando dificuldades de conexão étnica e territorial. Na oportunidade de entender melhor e resolver as questões trazidas em seu livro *Pele negra, máscaras brancas*, Fanon levanta que, para reorganizar o indivíduo desumanizado pela sociedade onde está inserido, é necessário reorganizar as instituições que cuidam da saúde mental, trazendo à tona, neste processo, como que o psíquico deste indivíduo sofre devido ao impacto das desigualdades sociais (FAUSTINO, 2020). Logo, o colonialismo e sua lógica racial devem ser combatidos para a promoção do cuidado da pessoa etnicamente diferenciada.

CONCLUSÃO

O racismo institucional não está na agenda da Saúde Mental brasileira. Os efeitos do colonialismo embranqueador ainda causam sofrimento psíquico e dores às famílias etnicamente diferenciadas, e falta, na formação do psicólogo, capacitação e conscientização dos possíveis traumas transgeracionais advindos do contexto histórico sociocultural destes indivíduos, principalmente aqueles advindos de contexto identitário, como os quilombolas, ribeirinhos e povos originários.

REFERÊNCIAS

- FAUSTINO, D. M. ; DE OLIVEIRA, M. C. Frantz Fanon e as máscaras brancas da saúde mental: subsídios para uma abordagem psicossocial. **Revista Da Associação Brasileira De Pesquisadores/As Negros/As (ABPN)**, v. 12, n. Ed. Especi, p. 6-26, 2020. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/1110/942>
- FREUD, Sigmund. 13. Totem und Tabu. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, p. 21, 1912.
- MAIA, Kenia Soares; ZAMORA, Maria Helena Navas. *O Brasil e a lógica racial: do branqueamento à produção de subjetividade do racismo*. Psicologia Clínica, v. 30, n. 2, p. 265-286, 2018.
- MUNANGA, K. O negro na sociedade brasileira: resistência, participação e contribuição. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2004.
- MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira. Tradução . Niterói: EDUFF, 2004b.